

## Apresentação do Dossiê “História do tempo presente, patrimônio e memória”

### Organizadores

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

 **Janice Gonçalves**  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis, SC – BRASIL  
lattes.cnpq.br/1648801931749201  
janice.gnclvs@gmail.com  
 [orcid.org/0000-0002-1791-3688](https://orcid.org/0000-0002-1791-3688)

 **Luís Alegría Licuime**  
Universidad de Valparaíso  
Valparaíso – CHILE  
academia.edu/LuisAlegríaLicuime  
alegría.luis@gmail.com  
 [orcid.org/0000-0002-4584-9249](https://orcid.org/0000-0002-4584-9249)

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180316422024e0100>

Os debates em torno da História do Tempo Presente têm compreendido o presente em sua densa composição de estratos temporais, indo além da mera associação com o imediato e o recente. E, no entrecruzar de gerações, representações e memórias, a História do Tempo Presente tem se debruçado fortemente sobre as lutas sociais que atravessaram os tempos vividos. Seu estudo convida, assim, a lidar com uma temporalidade aberta, preñe de possibilidades e projetos, ensaios e promessas, assim como traumas, ressentimentos e demandas por reparação e justiça.

Ao desestabilizar fronteiras temporais, a História do Tempo Presente provoca, muito especialmente, a reflexão sobre questões envolvendo determinadas experiências históricas que configuram a percepção de “passados que não passam” – irrevogáveis, inscritos nas vivências e nos cotidianos, em contraponto a passados tidos como mortos, irreversíveis. Essa discussão emergiu com força na Alemanha da década de 1980, na conhecida controvérsia dos historiadores (*Historikerstreit*), tendo em vista os desafios quanto a lidar com o lugar do nazismo na história alemã. A preocupação com as persistências de um passado traumático também orientou as pesquisas de Henry Rousso sobre a memória acerca da colaboração francesa em relação à Ocupação alemã, sintetizada pelo historiador francês na expressão “síndrome de Vichy” (Rousso, 1990).

Mais recentemente, a tematização dos “passados que não passam” tem revelado suas múltiplas formas, por vezes longas e profundas inscrições temporais e, inclusive, a extrapolação das fronteiras estritas da disciplina histórica: veja-se, por exemplo, em livro originalmente publicado em 2016, a abordagem proposta por Christina Sharpe acerca da condição dos negros estadunidenses, que permanece marcada pela experiência histórica de escravização e deslocamento forçado de sujeitos africanos. As reiteradas manifestações de racismo e as violências dele decorrentes atestariam que “o passado que não passou reaparece, sempre, para romper o presente” (Sharpe, 2023, p. 25).

Tais passados-presentes, uma vez afirmados e denunciados, articulam-se a demandas sociais por transformação, o que tem provocado olhares

especialmente críticos sobre políticas de memória e instituições de caráter memorial (arquivos, museus e centros de documentação), bem como sobre variadas formas de monumentalização de sujeitos e acontecimentos. Foram colocados em xeque os órgãos de preservação e seus critérios de seleção de bens culturais vistos como patrimonializáveis, em prol da superação de vieses elitistas presentes tanto nos procedimentos (quem seleciona e como?) como em seus resultados (o que, efetivamente, é selecionado?). Laurajane Smith (2006) ressaltou, no que denominou “discurso autorizado do patrimônio”, o aprisionamento a um passado monumental, consensuado, comprometido com as elites e com uma suposta identidade nacional. Mas a mesma autora demonstrou que esse discurso, e as práticas a ele associadas, sofrem questionamentos por parte de grupos com frequência excluídos de processos de patrimonialização, com isso abrindo espaços para negociações e revisões.

Diversas instituições e iniciativas que compõem o campo do patrimônio cultural têm revisado suas trajetórias e práticas, na tentativa de combater persistências coloniais, excludentes e antidemocráticas. Autenticidade e excepcionalidade deixaram de ser elementos inquestionáveis nas políticas de preservação. Do lado das instituições museológicas, coleções, exposições e a própria concepção de “público” têm sido radicalmente repensadas, como contraponto ao olhar “técnico”. As críticas aos museus (sobretudo os que se pretendem “universais”) têm sido contundentes, vistos como instituições cujo passado comprometido com o imperialismo e uma história de adesão à colonialidade não foram superados. Rita Segato acusou os museus europeus de privilegiar as coisas em vez dos laços, além de encarcerar a beleza: “Os itens presentes nos museus europeus são incapazes de encarar de volta o olho que os examina. Eles estão reificados, congelados, separados do lugar onde o córrego de suas vidas fluiu um dia.” (Segato, 2022, p. 87).

A construção dialógica e conjunta tornou-se uma das chaves para a renovação das ações no âmbito dos museus e, mais amplamente, do patrimônio cultural (em especial, na dimensão do que costuma ser entendido como patrimônio imaterial ou intangível). No caso brasileiro, ela tem ganhado forma

com iniciativas cada vez mais numerosas de curadorias compartilhadas, em exposições museológicas, e de inventários participativos.

Em que medida os investimentos críticos contemplados pela História do Tempo Presente convergem com as ondas renovadoras do campo patrimonial? Com a proposta do dossiê “*História do tempo presente, patrimônio e memória*” se pretendeu atrair o interesse de profissionais que buscassem examinar as interações entre essas três dimensões, por meio de discussões de caráter mais marcadamente teórico ou de estudos de caso, que envolvessem temas como políticas de memória, usos do passado, experiências traumáticas, exercício de direitos, gestão participativa, grupos sociais subalternizados e formas de patrimonialização. Os textos que compõem o dossiê permitem realizar esse exercício a partir de diferentes lugares geográficos e institucionais. Por isso, gostaríamos de agradecer aos vários autores que submeteram propostas a este dossiê, mas que, por motivos diversos, não foram publicadas, esperando encontrar-nos em novas iniciativas.

“Entre Oyó e Ilé-Ifè: o impacto da história iorubá nas reconfigurações do campo patrimonial no Atlântico Sul (Nigéria/Brasil)”, artigo da antropóloga Stefania Capone, com base em práticas e tradições iorubás presentes no território brasileiro e no nigeriano, analisa contatos culturais em sua relação com iniciativas de patrimonialização, de modo a proporcionar reflexões acerca de “afro-patrimônios” e “patrimônios afro-diaspóricos”, em perspectiva transnacional. Particularmente relevantes são as considerações acerca das ressonâncias e implicações políticas desses processos de patrimonialização, tendo em vista, sobretudo, as tensões entre dois centros culturais nigerianos: Oyó e Ilé-Ifè.

Nos demais artigos, os museus estão no centro das discussões, embora com focos distintos. No artigo “Do silenciamento ao ativismo: a presença indígena nos museus de história”, as historiadoras Márcia Chuva e Brenda Coelho Fonseca examinam duas recentes experiências de curadoria compartilhadas em exposições realizadas no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro e no Museu Histórico Nacional. Nos dois casos, houve um esforço de reformulação das narrativas das exposições institucionais, em que os limites entre o histórico

e o artístico são tensionados pela contribuição decisiva do artista indígena Denilson Baniwa.

O historiador Antonio Gilberto Ramos Nogueira, por sua vez, no artigo “O popular em registro: universidades, museus e imagens em jogos de patrimonialização no Nordeste”, aborda iniciativas de levantamento, coleta, registro e constituição de acervos voltados para a arte e a cultura popular do Nordeste do Brasil, notadamente nos anos 1960, no âmbito de três universidades brasileiras: a Universidade Federal do Ceará (por meio de seu Museu de Arte, o MAUC), a Universidade Federal da Bahia (com o Museu de Arte Popular – MAP) e a Universidade de São Paulo, neste último caso tendo sido promovida, pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), a produção de documentários sobre a cultura popular nordestina.

Em “La memoria de Neltume: el patrimonio que vence al negacionismo”, o historiador Robinson Silva analisa a atuação do Centro Cultural y Museo de la Memoria de Neltume (CCMMN), instituição localizada no sul do Chile. O CCMMN teve papel destacado no levantamento e na proposição de patrimonialização de locais de memória associados à repressão promovida pela ditadura implantada no país em 1973, principalmente às ações repressivas contra as atividades guerrilheiras do MIR, na região.

O quinto e último artigo a compor o dossiê, “A memória antes da memória: museus e guerra na Ucrânia”, da historiadora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, reflete sobre os esforços de transformar em memória, no calor da hora, o conflito armado envolvendo a Ucrânia e a Rússia, uma vez que vêm sendo incorporados aos acervos de museus ucranianos diversos artefatos associados à guerra, rapidamente integrados a exposições. Com base em materiais disponibilizados nos respectivos sítios eletrônicos institucionais, o artigo examina exposições realizadas em três museus de Kiev.

O conjunto dos textos oferece contribuições originais e instigantes para refletir sobre os temas enfiados no dossiê; que a sua leitura estimule novas frentes de debate e a intensificação de diálogos.

## Referências

ROUSSO, Henry. **Le syndrome de Vichy**: de 1944 à nos jours. Paris: Ed. du Seuil, 1990.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: negridade e existência. São Paulo: Ubu, 2023.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006.